

ARTIGO

LEITURA E BIBLIOTECA: CAMINHOS PARA A LIBERTAÇÃO

READING AND LIBRARY: PATHS TO LIBERATION

LECTURA Y BIBLIOTECA: CAMINOS HACIA LA LIBERACIÓN

Hildenise Ferreira Novo 

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Ivana Aparecida Borges Lins 

Universidade Federal da Bahia – Brasil

José Carlos Sales dos Santos 

Universidade Federal da Bahia – Brasil

RESUMO: O artigo apresenta uma abordagem compreensiva sobre leitura e biblioteca que parte da leitura de mundo mediante o contexto libertário da linguagem humana, que visa a comunicação e, principalmente, a ampliação das visões de mundo, que a princípio são individuais, mas ganham outras perspectivas quando encontram na leitura possibilidades infinitas de ampliação de conteúdos através de mundos possíveis ou visões diferentes sobre um referente (objeto) no mundo, que se amolda na medida da pessoa humana perceber e entender tal objeto através do contexto de quem fala, de quem lê e de quem escreve. No caminho da libertação pela leitura existe um texto que carrega consigo um lugar de fala, o interpretante e o interpretado se encontram nas leituras possíveis e se adequam ao contexto, ou interpretações circunstanciais. Os caminhos para esses encontros interpretativos são facilitados pelos Sistemas de Recuperação de Informação, construídos em bibliotecas para dar acesso aos itens documentais, a exemplo do livro. Esses sistemas necessitam atender a questões de acesso, mas devem levar em conta aspectos cognitivos da pessoa humana. Conclui-se que a população brasileira ainda possui dificuldade de acesso a informação que facilitará a sua vida cidadã, nesse sentido a biblioteca pública tem em sua função social a missão de ir além da preservação de acervos, ou seja, promover a difusão de informações úteis que promova sentido para uma libertação cidadã.

Palavras-chave: Leitura - Biblioteca Pública; Representação da Informação; Leitura como Prática Libertadora.

ABSTRACT: This article aims to present a comprehensive approach to the act of reading and the library as the core institution in terms of the reading experience. Hence it goes through the act of reading the world and its relation with the language emancipatory contexts carried out by humanity - in which the purpose of communicating is the first interest, but it gains complexity and further perspectives as it embodies the multiple possibilities of contents provided by the experience of reading. Initially, such a perspective is stricted. As they confront different visions and understandings of the same object, new means of comprehension emerge through a combination of contexts, speakers, readers, and writers. This emancipatory path tracked by the reading experience consists of the dialogical relationship between the reader and the writer, both parting from different standpoints, but joining efforts to build possible interpretations of the texts and their circumstantial contexts. In this context, Systems of Information Recovery, mainly operated by libraries, are able to provide the access to those documentary items, i.e., a book, to the users, in this case, the readers. The article reflects the character of these systems which

are designed to proved and solve access needs, but often do take into consideration cognitive aspects to succeed. Finally, it concludes that Brazilian people still find it difficult to access information that will help strengthen the citizenship environment, in this regard the Public Library is identified as the institution which can enable the social and citizenship contexts. Its mission must overcome the safeguarding of collections: it must act in order to provide and diffuse useful and relevant information that will promote the means to emancipation.

Keywords: Reading - Public Library; Representation of the Information; Reading as Emancipatory Path.

RESUMEN: El artículo presenta un enfoque integral de la lectura y la biblioteca que parte de la lectura del mundo a través del contexto libertario del lenguaje humano, que tiene como objetivo la comunicación y, principalmente, la expansión de las visiones del mundo, que en un principio son individuales, pero adquieren otras perspectivas cuando en la lectura, encuentran infinitas posibilidades para expandir el contenido a través de mundos posibles o diferentes visiones de un referente (objeto) en el mundo, que se configura a sí mismo en la medida en que la persona humana percibe y comprende tal objeto a través del contexto del hablante, el lector y el que escribe. En el camino de la liberación a través de la lectura hay un texto que lleva un lugar de discurso, el interpretante y lo interpretado se encuentran en las lecturas posibles y se adaptan al contexto, o interpretaciones circunstanciales. Los caminos hacia estas reuniones interpretativas son facilitados por los Sistemas de Recuperación de Información, integrados en bibliotecas para brindar acceso a elementos documentales, como el libro. Estos sistemas deben abordar problemas de acceso, pero deben tener en cuenta los aspectos cognitivos de la persona humana. Se concluye que la población brasileña aún tiene dificultades para acceder a información que facilite su ciudadanía, en este sentido la biblioteca pública tiene en su función social la misión de ir más allá de la preservación de colecciones, es decir, promover la difusión de información útil. que promueve sentido para la liberación ciudadana.

Palabras clave: Lectura - Biblioteca Pública; Representación de Información; La lectura como práctica liberadora.

Introdução

A reflexão sobre a leitura e a sua difusão no Brasil, leva-nos a considerar o cenário de um país que possui índices preocupantes de alfabetização e proficiência em leitura da sua população, visto que saber ler e interpretar um texto é fundamental para que a sociedade seja constituída por indivíduos capazes de se posicionarem criticamente diante de suas escolhas diárias. Frente a esse panorama, a escola e a biblioteca têm reforçado a sua responsabilidade em formar leitores para que os direitos sociais sejam extensivos a todos indistintamente.

A leitura por si só não garante mobilidade social do proficiente leitor, mas pode contribuir para a abertura de novos horizontes, sobretudo em um mundo cada vez mais exigente e competitivo. O livro e a leitura representam o acesso democrático ao conhecimento, em uma era em que a desinformação tem sido uma aposta de quem busca manipular opiniões, a serviço de interesses ocultos que se materializam fortemente a partir das redes sociais.

Sabendo-se que a leitura possui um valor essencial para manter a sociedade civilizada e, ainda que o seu entendimento possa pressupor uma ação capaz de promover mudanças pessoais, e ainda a sua aquisição, aparentemente simples, varia de pessoa para pessoa, dependendo da capacidade cognitiva de cada pessoa, saber ler se constitui em uma ação capaz de romper os limites do texto para cocriar novas possibilidades de interpretação da narrativa. A efetivação do ato de ler só acontece quando o leitor atribui significado ao texto. Trata-se, portanto, de um processo complexo estabelecido por meio da relação ativa entre emissor e receptor da informação, sendo que para a compreensão completa do texto é imprescindível o entendimento das partes ali expressas.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, como Paulo Freire (1988) afirma em seu livro “A importância do ato de ler”. A frase Freireana aponta para dimensões sociais em que a leitura pode protagonizar as escolhas individuais e coletivas, considerando-se o contexto em que o texto se apresenta. À luz dessa citação, é possível articular que lemos desde sempre, desde que o mundo se apresenta aos nossos olhos. O ato de ler não nasce, nem se esgota no ambiente escolar, lê-se sempre e o tempo todo, para além da decifração de sinais, constituindo-se em apropriação de sentidos e representação de realidades empreendidas pelo leitor.

A leitura é uma experiência humana e pode estar submetida a diferentes variáveis para o desenvolvimento de estudos, dependendo do domínio do conhecimento explorado, se constrói uma narrativa. Contudo, o saber ler permanece na sociedade como um indicador de sujeitos incluídos e excluídos do mundo “culto” e, conseqüentemente, limitados à ascensão social. A escrita-leitura revela o poder da informação vinculada tradicionalmente ao suporte livro, mas ao compreendermos que o mundo é um grande texto, outras linguagens e formatos de conteúdos informacionais somam-se às possibilidades de formação de um leitor.

O artigo apresenta questões sobre conceitos de leitura que se complementam com o agenciamento do ato de ler promovido pela biblioteca. Levantam-se questões sobre a forma como o sujeito cognoscente se apropria da leitura e de como os conteúdos informacionais são representados, de modo a permitir a recuperação da informação. Discute-se o acesso à leitura promovido pelas bibliotecas públicas, defendendo um conceito de leitura para além da decifração dos signos, que seja capaz de acolher leitores “de mundo”. Por meio de uma breve revisão conceitual sobre o termo leitura, busca-se compreender a sua importância sócio cultural, relacionando-a com as contribuições que a biblioteca pública pode oferecer para a formação de novos leitores, sem perder de vista que a organização da informação é um importante processo para a facilitação do acesso ao conhecimento colecionado nessas bibliotecas.

O leitor e a leitura

O sujeito-leitor, em seu contexto, lê e interpreta o texto, a partir das suas experiências; apreende o conteúdo sob a luz do repertório acumulado, reescrevendo o lido e ampliando o seu conhecimento. O texto lido pode ser escrito, desenhado, gesticulado, falado, cantado, desde que faça sentido para quem está diante dele. Acrescenta-se também que a leitura está relacionada ao contexto tempo/espaço em que ela se desenvolve. Para Chartier (1999, p.71), “a obra não é jamais a mesma quando inscrita em formas distintas, ela carrega a cada vez, outro significado”, ou seja, ao reler um texto, novas marcas tendem a ser empreendidas pelo leitor ao texto, fruto de novas experiências.

Assim, a palavra escrita, a linguagem, as relações com o contexto de quem fala, de quem lê e de quem escreve indica a relação existente entre a leitura do mundo e a leitura da palavra. O encontro do texto e o leitor corresponde ao confronto do sujeito e seus estoques informacionais com uma experiência alheia, a do produtor da informação. Iser (1996) menciona que diante do texto, reações físicas e cognitivas podem acontecer, mobilizando as habilidades, percepções e imaginação do leitor. Esses efeitos e respostas não são propriedades nem do texto, nem do leitor, mas ocorrem em um espaço de interface, ou seja, no campo da recepção, que se manifesta durante o processo de leitura. “Diante de um texto é possível o leitor encontrar dois polos que podem ser chamados de polo artístico e estético. O polo artístico designa o texto criado pelo autor e o estético, a concretização produzida pelo leitor”. (ISER, 1996, p.50).

[...] só quando o leitor produz na leitura o sentido do texto sob condições que não lhe são familiares [...] mas sim estranhas, algo se formula nele que traz à luz uma camada de sua personalidade que sua consciência desconhecia. Tal tomada de consciência, no entanto, se realiza através da interação entre texto e leitor; é por isso que sua análise ganha a primazia. (ISER, 1996, p.98).

Levando-se em conta a atitude do leitor em dar significado à narrativa, tem-se o conceito de leitor implícito que na estrutura do texto antecipa a presença do receptor, sendo possível o entrecruzamento entre o produtor, a informação e o consumidor.

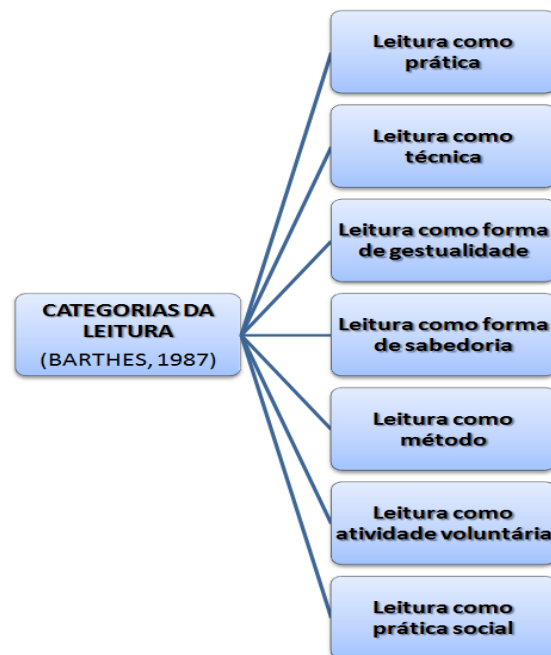
A conquista do direito de saber ler com habilidade e de forma crítica, se estabelece como elemento transmissor de informação. Segundo Caldin (2003), a leitura se configura em um meio de aquisição do que se passa ao redor do indivíduo, desse modo, trata-se de um ato social, e como tal, uma questão política.

Compreender a mensagem compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os três propósitos fundamentais da leitura, que em muito ultrapassam quaisquer aspectos utilitaristas, ou meramente “livrescos” da comunicação leitor -textos. Ler é, em última instância, não só uma ponte para a tomada de consciência, mas também o modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (SILVA, 1981 p. 45).

De acordo com Lins (2016), associa-se ao conceito de leitura a questão da linguagem como elo entre as coisas e o sujeito; e da escrita, uma prática social que, por meio de signos, relaciona a identidade de um país, ou seja, a língua e o seu registro são elementos próprios de cada lugar. A autora complementa afirmando que é razoável pensar que o domínio da escrita pode aproximar e, ao mesmo tempo, separar os cidadãos de um país por serem alfabetizados e não alfabetizados, estabelecendo-se aí uma relação de dominadores e dominados e, dessa forma, questiona-se a igualdade de oportunidades. Assim, ao se apropriar da leitura, o indivíduo adquire um patamar importante rumo à emancipação e conquista de seus direitos.

Ao compreender que o ato de ler não ocorre apenas na decifração dos signos do texto, lê-se o mundo e, segundo Barthes (1987), a palavra leitura remete para além de um conceito, ou seja, para um conjunto de práticas difusas e, para refletir sobre esse tema, o autor sugere a existência de sete categorias de leitura: ler como uma prática, como uma técnica, como uma forma de gestualidade, como forma de sabedoria, como um método, como atividade voluntária e como uma prática social. A figura 1 demonstra essa reflexão de Barthes:

Figura 1 – Categorias da Leitura



Fonte: Lins (2016) com base em Barthes (1987).

Diante das sete categorias de leitura apresentadas por Barthes (1987), é possível realizar uma associação entre elas e as práticas sociais que a pessoa humana desenvolve enquanto membro de uma sociedade. Não há dúvida de que a leitura é uma ação inerente à cultura humana, Lins (2016) comenta cada uma das categorias elencadas por Barthes, contudo, destaca-se que:

[...] a leitura **como prática social** pode ser relacionada ao ambiente onde a leitura possui um lugar privilegiado, as bibliotecas. Nesse ambiente, o ar que se respira conduz à leitura, sobretudo a leitura do texto escrito. Frente a esta questão, surgem os desafios apresentados conforme cada lugar onde essa biblioteca está instalada e que podem ser locais de leitores proficientes ávidos por livros ou lugar onde o índice de leitura seja baixo e o incentivo ao ato de ler seja um exercício cotidiano. (LINS, 2016, p.43).

Ao compreender que “ler é uma prática cultural” uma ideia também assegurada Bourdieu (1990, p.219) tem-se o seu exercício no âmbito da sociedade e há de se considerar que ler é desenvolver estratégias transdisciplinares que vão desde o suporte em que a leitura acontece até o alcance das possibilidades de desenvolvimento cognitivo do sujeito.

A partir das considerações relativas ao processo de leitura, salienta-se a centralidade das operações cognitivas na compreensão e apreensão de conteúdos diversos. Pressuposto à leitura, os processos cognitivos básicos correspondem à linguagem, percepção, atenção, memória e pensamento, dimensões essenciais à apropriação de informações orientadas à estruturação de novos conhecimentos. As dimensões cognitivas facultariam aos indivíduos alcançar informações reservadas em diferentes suportes, inclusive às atividades comunicacionais estruturadas na oralidade.

Os estudos dos processos cognitivos compreendem, então, às estruturas humanas de assimilação e acomodação de informações e, no lastro das considerações enunciadas, a leitura promoveria alterações às elaborações mentais de indivíduos. O alcance das proposições informacionais reivindica a atribuição de contextos e significados de sujeitos cognoscentes para que a leitura seja efetivada.

Para endossar os argumentos supra-anunciados, Olmi e Perkoski (2005) concebem a leitura como atividades pautadas na subjetividade humana, que apresenta complexidades devido ao desempenho e elaboração de conexões mentais, a partir das experiências, interações e apropriação de um repertório linguístico. Segundo os citados autores, a leitura constitui esforços cognitivos (internos) para emergir a recriação do texto com autonomia e criatividade; estabelecer os processos de leitura e as operações cognitivas significa anunciar as correspondências entre o leitor e o texto. A prática de leitura incita o leitor a elaborar memórias atinentes à publicação, adentrando nas palavras escritas com vistas ao autoconhecimento.

Contudo, os esforços cognitivos orientados à leitura requerem um elemento essencial à sua efetivação: a mediação da leitura. A mediação da leitura envolve sistemas simbólicos engendrados na linguagem, que autoriza a comunicação entre os sujeitos envolvidos em ações dialógicas. A cultura permite a mediação simbólica dos processos de apropriação de significados culturais, com a consciência, linguagem e atividade, interferindo diretamente nos esforços de leitura. Para Vygotsky (2007; 2008), a mediação implica no desenvolvimento dos denominados processos mentais superiores (as citadas: percepção, atenção, memória e pensamento) e está relacionada à orientação de processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, as ações dos mediadores de leitura ganham destaque no contexto social, pois eles buscam dar conta, ou mesmo monitoram e tentam diminuir o fosso que há entre os indivíduos e suas habilidades leitoras. A leitura como prática social, portanto, faz parte da luta constante das bibliotecas e dos mediadores de leitura para que o ato de ler contribua para o bem estar das pessoas.

Assim, deve-se considerar que para compreender as questões da leitura é indispensável reconhecer a existência das diferenças evidentes que há entre os sujeitos e as possibilidades cognitivas individuais e, no campo da Biblioteconomia, os estudos de usuários dão conta das distintas necessidades de informação e da forma como eles se apropriam do conhecimento humano, sendo um exemplo da aproximação dos estudos do campo da leitura ao da Biblioteconomia. Sendo que os estudos de usuários são “investigações cujo foco encontra-se no usuário da informação, em suas necessidades e demandas informacionais e, ainda, na forma como o mesmo se comporta para solucionar essas demandas, e no uso que fazem da informação” (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018).

A leitura promovida pela biblioteca deve conceder autonomia ao leitor, ou ao usuário, como prefere denominar a biblioteconomia, permitindo-lhe escolhas do que será lido. Paulo Freire fala em bibliotecas populares, mas as bibliotecas públicas, comunitárias ou escolares podem proporcionar aos leitores uma experiência estética, de que tanto a linguagem formal quanto a linguagem popular podem contribuir para novos saberes. Ressalta-se que a literatura no âmbito da Biblioteconomia, com frequência, trata o leitor como usuário, pouco dirigindo-se a ele como o leitor.

A forma como atuam as bibliotecas públicas, desde a constituição do seu acervo até a gestão do espaço, integra o objetivo primordial da unidade de informação que é o de promover o acesso ao mundo da leitura. Nesse sentido, a compreensão de que o foco de uma biblioteca é o leitor ou o usuário, evidencia a responsabilidade do bibliotecário em desempenhar um papel

de facilitador, ou mediador do acesso à informação, devendo constituir-se também como educador.

Uma preocupação contínua se estabelece frente à seguinte questão: a técnica da representação da informação - um processo importante para a organização e disponibilização dos conteúdos produzidos por essa sociedade civilizada, não deve esgotar-se em si mesma. Tais mecanismos existem para facilitar o acesso à informação, atendendo aos desejos informacionais dos frequentadores das bibliotecas e, portanto, devem observar os novos contornos da sociedade, adequando-se para promoverem respostas rápidas e eficientes.

A Representação da Informação e a importância da linguagem naturalmente expressa pela pessoa humana enquanto ser cognoscente

A Representação da Informação (RI) tem por objetivo primeiro fazer com que um item informacional, a exemplo do livro, esteja disponível em um Sistema de Recuperação de Informação (SRI) através de seus pontos fundamentais para acesso e atenda à demanda da pessoa humana, em suas manifestações de aprendizado através da leitura.

Analisar um item que carrega informações diversas e determinar cada ponto fundamental que possibilitará o acesso a um objeto de interesse de um leitor(a) é entender também essa pessoa enquanto ser no mundo, com sua realidade social, cultural, política e econômica, ou seja, sua vivência no mundo. Ranganathan, teórico da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação desenvolveu em sua obra, “The five Laws of Library Science, 1931”, cinco leis fundamentais para o entendimento do fazer bibliotecário no que concerne, principalmente, à prática de uma área que se dispõe a selecionar, organizar e disponibilizar informação para que a pessoa humana possa selecionar, obter e fazer uso dessa informação em seu cotidiano.

Das Leis desenvolvidas pelo autor, a primeira é que “livros são para o uso” com intenção de fazer com que os profissionais bibliotecários compreendam que as ideias que estão dispostas nos livros deverão encontrar a pessoa humana, desse modo, ele nos apresenta as Leis subsequentes: segunda Lei, “a cada leitor o seu livro”, ou seja existe uma necessidade informacional individual que precisa ser observada. Na terceira Lei, “a cada livro seu leitor”, ou seja, esse livro precisa ser encontrado, cabe, portanto, uma organização informacional coerente para a pessoa que busca. E, por fim, na quarta Lei “poupe o tempo do leitor” e a quinta, “a biblioteca é uma organização em crescimento”, Ranganathan nos aconselha a desenvolver sistemas de recuperação coerentes com a comunidade atendida pela Biblioteca, para que possíveis tempos de respostas às necessidades do leitor sejam minimizadas e, ainda, que se uma

biblioteca cresce em números de itens ou em dispositivos atualizados, cabe ao SRI desenvolver mecanismos de recuperação que atendam ao número de itens e seus formatos diversos que armazenam conteúdos que precisam ser recuperados.

Na perspectiva das Leis que regem o fazer do bibliotecário, a Representação da Informação traz consigo a responsabilidade de recuperação da informação que atenda às necessidades humanas de encontrar conteúdo que responda aquilo que satisfaça, não somente a sua intenção de encontro informacional, mas, sobretudo, que transcenda a sua expectativa enquanto pessoa humana que pensa e fala.

As atividades biológicas de pensar e falar da pessoa humana precisam ser compreendidas pelo profissional que organiza a informação contida no item informacional e pelos SRI. Nesse sentido, o processo de RI deverá ter seu fundamento na metalinguagem, ou a linguagem que é natural, advinda da pessoa que busca informação e a linguagem artificial, que serve para descrever o que foi pensado, mas que deva traduzir esse pensamento de modo formal e acordado para atender a toda pessoa que precisa encontrar um item documental.

A tarefa de representação de informação é árdua e necessita de cuidado, por ser um processo pelo qual o classificacionista, no caso o bibliotecário, descreve o que deve ser representado e designado, portanto, é um produto ligado à cognição, representar para que se possa alcançar a interpretação do mundo a ser representado.

Em todas as formas de representação uma coisa se encontra no lugar de outra, representar significa ser o outro dum outro que a representação, num mesmo movimento, convoca e revoca. Reteremos esta significação como uma determinação mínima. O representante é um duplo do representado. E é por aí que a representação se designa como formando o cerne do pensamento. (GIL, 2000c, p.12).

Nesse sentido, representar significa, em outras palavras, modelar ou modelizar, criar modelos de representação. Pode ser considerado o ato de representar conceitualmente um dado assunto contido em um item documental envolvendo a organização intelectual do conhecimento, em uma perspectiva cognitiva, através de conceitos que traduzem o objeto, referente no mundo que possui características que o individualiza e são apresentadas em uma forma verbal, um signo, que o representará para ser entendido pela pessoa cognoscente.

Toda pessoa se expressa no mundo por signos linguísticos que podem ser traduzidos pela escrita, fala, gestos, meios sistemáticos e comunicacionais de transmitir ideias e sentimentos. Nessa lógica, os processos de representação priorizam metalinguagens que apresentam e dialogam com outras linguagens, a exemplo da natural que se apresenta na fala

do produtor do conhecimento (autor) e do leitor (usuário de uma biblioteca) e da linguagem artificial, construída para compor o SRI, tradutor do conhecimento representado no item documental e, conseqüentemente, acordado na política de desenvolvimento desses sistemas para sustentar uma recuperação atinente ao que está dito e representa o objeto que poderá ser recuperado por todas as pessoas que buscam encontrar, selecionar e obter itens nas bibliotecas.

O trabalho com a RI intenciona encontrar, principalmente, os itens informacionais através do produtor do conhecimento (autor), o título ou títulos de uma obra (objeto informacional), o contexto de sua produção (local, editora e data), os assuntos que traduzem os itens (conteúdo informacional) que compõem uma coleção de uma biblioteca e a sua localização neste espaço.

Em uma Biblioteca Pública (BP), por exemplo, um SRI deverá priorizar uma linguagem documentária com base na linguagem natural, seja nos resumos do conteúdo da obra, ou ainda quando na composição da base terminológica para recuperação de assuntos dos itens documentais, adequando o vocabulário utilizado pela comunidade com o vocabulário controlado que a base de dados do sistema procurará padronizar e organizar através de conceituações determinadas pelas áreas de conhecimento que o acervo abarca. Construir uma base de conceitos é uma tarefa do bibliotecário que modeliza um Sistema de Representação de Informação e Conhecimento, se tornando um intérprete cognitivo.

O intérprete cognitivo (modelizador de domínios) é o centro de todo o processo de interação entre o conhecimento trazido pelo texto e o conhecimento do usuário que busca informação. A interpretação é a chave do sentido negociado pelo termo tradutor do contexto/domínio de conhecimento. O processo de interpretação é o primeiro passo para o caminho da comunicação, onde o texto converge às ações da língua, da cognição, da cultura. (NOVO, 2014, p. 107).

Ao intérprete cognitivo, o bibliotecário, observar “as leituras” possíveis de mundo, reconhecendo a obra como entidade abstrata, de criação subjetiva, artística, literária, intelectual e científica, que imprime revelação de conteúdo através de uma linguagem. É necessário reconhecer a pessoa humana envolvida na criação da obra e na busca da informação contida na obra; reconhecer o conceito (termo que designa o objeto) como manifestação de uma ideia e, principalmente, reconhecer a liberdade da pessoa humana em sua expressão cognitiva sobre cada entidade (objeto) com seus atributos percebidos. Os atributos dos objetos podem se desdobrar dando sentido a um ou mais conceitos que os representam.

Em síntese é preciso entender que uma biblioteca é um organismo vivo de difusão de conhecimento, e tem por missão atender a pessoa humana em todas as suas manifestações cognitivas e de necessidades informacionais. Desse modo, cabe ao processo de Representação da Informação permitir que o usuário não só encontre o que já sabe ou que complemente o que ele já traz consigo, mas o que leva ao novo ou ao inesperado. É preciso também respeitar o sujeito cognoscente e sua linguagem interpretativa sobre a realidade na construção de vocabulários controlados, objetivando atender a sua necessidade de busca em SRI, principalmente em Bibliotecas Públicas com características heterogêneas em relação a público e a coleção.

A Biblioteca Pública e a leitura

A história da Biblioteca Pública está registrada por meio de narrativas que tratam da sua importância social como um lugar de acesso a muitos saberes produzidos pela pessoa humana, sendo percebida culturalmente como o ambiente de acesso ao livro e às leituras, sem impor barreiras de raça, gênero, escolaridade, idade e limitações físicas.

Dentre os tipos de biblioteca (escolar, nacional, especializada), a Biblioteca Pública é a que possui o papel de preservar a memória bibliográfica local e promover o acesso ao conhecimento, nos mais variados suportes de informação, sendo um importante equipamento cultural promotor do convívio de variados perfis de leitores, contribuindo incessantemente para que o gosto pela leitura alcance todas as camadas sociais. Nesse sentido, os SRI são importantes ferramentas para a estrutura de atendimento a essas demandas.

É importante compreender que uma biblioteca deve atender a todas as pessoas indistintamente, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em seu Manifesto Sobre Bibliotecas Públicas de 1994. Assim, pessoas que ainda não se apropriaram da leitura de modo proficiente, não podem ser alijadas do acesso à informação. As tecnologias avançam para romper os empecilhos existentes para uma sociedade leitora, mas em seu papel de educador, o bibliotecário deve voltar-se para contribuir para a quebra das barreiras existentes para o não atendimento a quem busque a Biblioteca Pública. É bom lembrar que o acesso à informação é um direito constitucional.

De acordo com a IFLA (2013, p.13), as Bibliotecas Públicas “são um fenômeno mundial. Existem numa grande variedade de sociedades, com culturas diversas e em diferentes estágios de desenvolvimento”, embora distintas entre si, com perfis e funcionamentos próprios, dependem de muitas variáveis: dentre elas, o nível de leitura do público em que estão inseridas,

o orçamento que as esferas públicas destinam para a sua manutenção e a forma como tais organismos dialogam com a comunidade, ou seja, estado e sociedade se articulam em torno da formação cidadã. Assim,

Disponibiliza acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, género, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e nível de escolaridade. (IFLA, 2013, p.13).

Nesse processo, uma postura significativa da Biblioteca Pública, como unidade de difusão da informação e conhecimento intensivo é o de inserir em suas atividades, as ações culturais, como exibição de filmes, realização de seminários, exposições, debates, atrações musicais, sempre voltadas para agenciar o acesso à produção cultural local e global, tornando-se conhecida, valorizada e indispensável por construir um diálogo entre a biblioteca e a sociedade.

O país que abriga a primeira biblioteca pública da América Latina - a Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), fundada em 1811, contraditoriamente, é um país de analfabetos funcionais. Esse paradoxo desperta interesse a respeito das políticas de incentivo à leitura e difusão do livro na cultura nacional brasileira que, levadas a cabo ao longo da nossa história, tornam-se necessárias para a compreensão das razões que levam nossa sociedade a dar pouca atenção ao tema e a uma discussão do conceito vigente de biblioteca pública que reforça o foco para o leitor locatário, assíduo e cioso do valor da biblioteca. Mas, e o sujeito que ainda não possui o gosto pela leitura e desconhece o valor da biblioteca? Como pode contribuir para um conceito ampliado de biblioteca pública?

Nos processos de gestão de tais espaços, deve-se considerar a existência de um público significativo que ainda não se apropriou do gosto pela leitura e que ignora o valor da biblioteca e, embora se registrem algumas limitações relacionadas a apreensão do texto escrito, essas pessoas podem e devem usufruir do conjunto de serviços e ações culturais das bibliotecas públicas, pois sabemos que eles leem o mundo. Desse modo, os diferentes estágios de proficiência em leitura e variados perfis sociais de frequentadores das bibliotecas públicas devem ser ponderados, antes da definição do papel desse equipamento cultural.

Embora o conhecimento literário seja muito importante na formulação dos argumentos dessa luta política, há a fruição do espaço público da biblioteca em diferentes formas:

profissional, social ou formativo que constitui uma frente de convergência dos saberes produzidos, colecionados e prontos para a difusão diante da diversidade do instante vivido.

O acesso à informação pública se reconfigura e é consenso que a maioria do povo brasileiro ainda não sabe utilizar muitas ferramentas que acionam os conteúdos construtores de direitos cidadãos. É conveniente saber como a biblioteca pública se posiciona frente a esse contexto. Em muitos casos, ela se restringe a apenas acumular o conhecimento, o que exige uma transformação social porque não se alterou suas concepções entre a relação preservação/disseminação. Nesse sentido, ao concordar com o que Almeida Júnior reflete sobre essa questão, observa-se que:

Não se está aqui defendendo que a preservação seja banida dos interesses das bibliotecas públicas. Ao contrário, deve ela se constituir como base de ações desenvolvidas, visando à conservação dos materiais existentes, pois devem ser eles utilizados pelo maior número possível de usuários, até mesmo porque, no Brasil, as verbas destinadas para ampliação e manutenção do acervo são escassas ou, na maioria dos casos, inexistentes. No entanto, não pode ser a preocupação com a preservação superior à da disseminação, sob pena de nos atermos a uma concepção ultrapassada e retrógrada da biblioteca pública, traduzida no apego exacerbado ao acervo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p.68).

A biblioteca existe para o leitor e o que ele fará com as informações que assimila do texto não fica restrito às paredes do prédio da biblioteca. O uso das bibliotecas públicas pela sociedade tende a se fortalecer à medida em que tais equipamentos culturais ampliem as formas de diálogo com o público. Daí a importância da oferta de acesso às informações com eficiência, como dito anteriormente, no modelo presencial e por meio das tecnologias digitais. Os acervos devem dispor de livros publicados em tinta e em áudio, os filmes e vídeos devem possuir o recurso de áudio descrição, as salas de estudo prescindem de rede sem fio e a comunidade local deve participar proativamente das ações culturais ali desenvolvidas.

Esta biblioteca híbrida que atua intra e extramuros deve se renovar continuamente, pois como sabemos a urgência com que a sociedade se desenvolve requer dessas unidades de informação estratégias rápidas e seguras quando se trata do atendimento às necessidades dos usuários/leitores, sem perder de vista que existem consideráveis diferenças socioculturais, não só entre as comunidades que circundam essas bibliotecas que estão nas grandes cidades. Em um país tão desigual como o Brasil, as diferenças são evidentes entre a cidade e o campo e lembrando dos índices de analfabetismo tem-se nos grandes centros os maiores contingentes de pessoas alfabetizadas, enquanto no interior, surgem sérios problemas na oferta de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade do desenvolvimento do gosto pela leitura, de maneira extensiva, e nesse ponto a biblioteca pública aparece como um importante meio para o acesso ao livro e ao conhecimento, visto que em grande parte dos municípios brasileiros a biblioteca pública se faz presente, às vezes como o único equipamento cultural local.

No quadro da sua construção social é possível compreender o papel da biblioteca pública no processo de democratização do acesso ao saber e à formação de opinião dos sujeitos, reforçando assim a necessidade de que ela deva constar na agenda política local e nacional, como um lugar democrático de acesso à informação, cultura e lazer, e tal agenda só poderá ser realidade no momento em que o Estado elabore políticas públicas que de fato venham a apoiar e dinamizar as bibliotecas. Sob essa ótica teremos bibliotecas atuantes e leitura para todos.

Considerações finais

O artigo intencionou apresentar a leitura como prática libertadora, através da abordagem que vai além da linguagem, mas, sobretudo, na perspectiva do sujeito cognoscente, pessoa humana que pensa e procura informação que atenda a sua necessidade de aprimoramento do exercício de conhecer e reconhecer caminhos libertadores.

Os conteúdos informacionais que são disponibilizados à pessoa humana vêm mudando em formatos e formas de apresentação. A informação transmitida na atualidade ganha dimensões que se configuram como pontes ao conhecimento, mas também pode provocar viés que tendência a informação a promover desinformação, o que pode ser desastroso para grupos de pessoas que em sua trajetória de mundo esbarram na falta de acesso a conteúdo fidedigno e que de fato os liberte.

Nesta intenção os autores defendem a leitura para além dos signos linguísticos e ainda um espaço cultural e social, como a biblioteca, a exemplo do seu caráter público, um lugar de acolhimento às diferenças de visões de mundo e necessidades informacionais multidimensionais. Nesse sentido os objetos que nela residem, necessitam de um tratamento semântico que acompanhe múltiplos aspectos com base em uma representação de informação que atenda ao objeto enquanto referente no mundo, mas principalmente, atenda a dimensão do entendimento subjetivo do sujeito que percebe e fala.

Por meio de uma breve revisão conceitual sobre o termo leitura, buscou-se compreender a sua importância sócio cultural, além, é claro, de preservar a intenção de um olhar sobre as várias possibilidades de leituras que pertencem à pessoa humana, baseadas em suas trajetórias

no mundo. Tudo o que é representado é relativo, pois pressupõe um espaço e um tempo para os acontecimentos e a combinação deles revelará a constituição da essência da materialidade do pensamento e sobretudo da permanência da materialidade dos objetos no mundo representado, o que hoje é uma verdade, amanhã será ou não.

Do mesmo modo que a informação muda, mudam as intenções de busca dos sujeitos/leitores, neste sentido a biblioteca deverá se adequar às mudanças e possibilitar o encontro da pessoa humana com objetos informacionais que tornem as pessoas capazes de caminhar para o entendimento, porque, enquanto formas representadas, tais objetos existem para e com o entendimento, pois esses são a causa das coisas e a natureza das percepções sensíveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública**: avaliação de serviço. Londrina: EDUEL, 2003.

BARTHES, Roland. **Leitura**. **Enciclopédia Einaudi**: oral/ escrito, argumentação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 15, 47-58 p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p47>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Diretrizes da Ifla Sobre os Serviços da Biblioteca Pública**. Tradução de Margarida Oleiro. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 28. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1993. 87 p.

GIL, F. Categorizar. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, v. 41: Conhecimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. p. 52-89

_____. Classificações. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, v. 41: Conhecimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000a. p. 90-110.

_____. Conhecer. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, v. 41: Conhecimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000b. p. 253-287.

_____. Representar. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 41: Conhecimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000c. p. 11-51.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca Pública, convergências e divergências**: Chile, Colômbia e Brasil. Orientadora: Kátia de Carvalho. 2016. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, UFBA, Salvador, 2016.

NOVO, Hildenise Ferreira Novo. **Análise conceitual e cognitiva**: Modac - um modelo dinâmico para auxiliar a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Orientadores: José Garcia Vivas Miranda e Teresinha Fróes Burnham. 2014. 173 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2014.

OLMI, Alba; PERKOSKI, Norberto. **Leitura e Cognição**: uma abordagem transdisciplinar. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. 256 p.

RANGANATHAN, S. R. **The Five Laws of Library Science**. Madras: The Madras Library Association, 1931.

SILVA, Ana Pricila Celedonio da; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. O diálogo entre biblioteca e comunidade: um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga, Ceará. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 39-54, jan. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362018000100039&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2021.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1981.

SILVA, R. J. da. Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/464>. Acesso em: 25 abr. 2021.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994**. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOBRE OS AUTORES:

Hildenise Ferreira Novo:

Professora Adjunta ICI/UFBA. Doutora em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Instituto de Ciência da Informação – ICI. Grupo de Pesquisa: Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade – DIFUSAS. E-mail: hnovo@ufba.br.

 <https://orcid.org/0000-0003-0986-7164>

Ivana Aparecida Borges Lins: Professora Adjunta ICI/UFBA. Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Instituto de Ciência da Informação – ICI. Grupos de Pesquisa: Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade – DIFUSAS. Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Patrimônio Bibliográfico Documental. E-mail: ivana.lins@ufba.br.

 <https://orcid.org/0000-0003-0422-4135>

José Carlos Sales dos Santos: Professor Adjunto. Doutor em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Instituto de Ciência da Informação – ICI. Grupo de Estudo em Laboratório de Práticas em Psicologia Cognitiva e Comportamento Informacional Humano (LA-PCIH). E-mail: jsalles@ufba.br.

 <https://orcid.org/0000-0003-1758-3639>

Recebido em: 11 de julho de 2021
Aprovado em: 09 de agosto de 2021
Publicado em: 31 de agosto de 2021